



## PRIMEIROS PASSOS

### Vida e “morte” de um edifício da realza: análise patrimonial do Museu Nacional do Rio de Janeiro

### Life and “death” of a royal building: a heritage study of the National Museum of Rio de Janeiro

**Daniel Lula Costa ([dlcosta2@uem.br](mailto:dlcosta2@uem.br))**

Professor do Departamento de História da UEM. Doutor em História Cultural pela UFSC  
Universidade Estadual de Maringá (UEM)

**Matheus Fernandes Bonini Enares ([matheuse.prin@gmail.com](mailto:matheuse.prin@gmail.com))**

Graduando em História Universidade Estadual de Maringá (UEM)

**Resumo:** O patrimônio histórico brasileiro passou por diversas transformações desde a formalização do Decreto nº 25, de 1937, para que fosse reconhecido, posteriormente, como um conceito que detém tipologias diversas: como patrimônio material e imaterial. Este artigo tem como objeto de estudo o Museu Nacional do Rio de Janeiro, proeminente lugar de memória e patrimônio histórico da nação brasileira que, até setembro de 2018, figurava como o maior acervo de antropologia e história natural da América Latina. O objetivo deste artigo é apresentar um pouco da história do Museu Nacional do Rio de Janeiro, com a finalidade de compreender o seu processo de tombamento ao analisar suas justificativas de preservação e de conservação sócio-cultural. Faremos isso em duas etapas: primeiramente, trataremos de uma breve introdução do patrimônio histórico no Brasil e, posteriormente, apresentaremos o Museu Nacional do Rio de Janeiro e seu processo de tombamento.

**Palavras-chave:** Memória; Museu Nacional; Patrimônio.

**Abstract:** The Brazilian historical heritage has undergone several transformations since the formalization of Decree nº 25 of 1937 so that it was later recognized as a concept that has different typologies: as tangible and intangible heritage. This article's object of study is the National Museum of Rio de Janeiro, a prominent place of memory and historical heritage of the Brazilian nation which, until September 2018, was the largest collection of anthropology and natural history in Latin America. The objective of this article is to present a little history of the National Museum of Rio de Janeiro with the aim of understanding its listing process by analyzing its justifications for preservation and socio-cultural conservation. We aim to do this in two stages, first we will provide a brief introduction to cultural heritage in Brazil and, later, we will present the National Museum of Rio de Janeiro and its listing process.

**Keywords:** Memory; National Museum; Heritage.

## 1. Introdução

Ao se ouvir a palavra *patrimônio*, vem à mente a posse, o conjunto dos bens de determinada pessoa que poderão ser legados aos filhos ou a outro membro da família quando ela se for. É uma aceção possível e bastante corriqueira, mas certamente não a única. Talvez, nem a mais importante. Existe um sentido muito mais abrangente da palavra, capaz de valorizar aquilo que mantém a memória ativa, colocando passados em relação, protegendo, redirecionando os holofotes, destrancando a porta do quarto de despejo, abrindo as cortinas. É o *patrimônio* enquanto coisa pública, enquanto tesouro, mundial, nacional, regional ou municipal.

Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937, art. I).

Interesse público, coletivo. Longe, portanto, de meros interesses individuais. A definição trazida pelo Decreto-Lei nº 25, de 1937, na aurora do Estado-Novo (1937-1945), integrava a primeira iniciativa federal de proteção do patrimônio nacional e visava fornecer subsídio jurídico, através da institucionalização do tombamento, para a atuação do recém criado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)<sup>1</sup>. Inserido nessa década que faz ponte entre o fim da República Velha e a Segunda Guerra Mundial, o SPHAN foi tributário da atmosfera cultural de busca pela identidade pátria dos modernistas (Sant’anna, 2009), carregando consigo o frenesi do reconhecimento e da preservação dessa identidade. Tanto que, no período de nove anos que vão da criação do SPHAN até sua reestruturação, em 1946, o ano de 1938, sozinho, concentrou 52% dos bens tombados (Rezende *et al.*, 2015).

A concepção patrimonial acima, no entanto, está ultrapassada, pois o entendimento atual nos debates acadêmicos da área é outro. Constatar, por exemplo, a assertiva de Maria Cecília Fonseca (2009), distante 81 anos do decreto de Getúlio Vargas, de que “interpretações musicais e cênicas [...] assim como lendas, mitos, ritos, saberes e técnicas, podem ser considerados exemplos de um patrimônio dito imaterial” (Fonseca, 2009, p. 71) nos levaria a presumir que o pensamento conservacionista não se manteve estático ao longo da história. Com certeza, uma história que não pode ser reduzida a um avanço racional das ideias pela simples passagem do tempo. Uma história de debates, lutas e confrontos entre indivíduos e

---

<sup>1</sup> O SPHAN foi oficialmente criado pela Lei nº 273, de 13 de janeiro de 1937, mas já operava provisoriamente com autorização do Presidente da República desde 13 de abril de 1936 (Rezende *et al.*, 2015). Atualmente, o SPHAN é conhecido como IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

grupos sobre o que preservar e o que destruir, no intuito de garantir a visibilidade de sua cultura. O patrimônio passa a ser compreendido como uma zona de disputa em que as relações de poder atuam para selecionar o passado a ser preservado e aquele a ser esquecido (Sant'anna, 2009).

Até o início dos anos 1960, patrimônio histórico e monumento histórico queriam dizer uma única e mesma coisa (Choay, 1999): um conjunto de edificações que, por sua excelência arquitetônica ou sua permanência ao longo de episódios importantes da história de um país, mereciam destaque entre as demais e proteção, além de pinturas e esculturas magistrais, obras de grandes figuras de renome. Sendo materiais, também pediam por uma forma específica de salvaguarda: o tombamento. Assim, ficavam de fora do reconhecimento do que se entendia por “verdadeira cultura” um sem-número de manifestações culturais de grupos marginalizados e vulneráveis: dos indígenas, dos pretos, dos pobres (Fonseca, 2009). Naquele momento histórico, o patrimônio estava associado ao que se denominou época heroica do patrimônio no Brasil, ou seja, período em que se selecionava apenas culturas materiais para a preservação, principalmente arquitetônicas. Esse tipo de concepção patrimonial ficou conhecido pelos estudiosos como sendo de “pedra e cal” (Fonseca, 2009).

155

À medida que países do “terceiro mundo” começavam a participar de eventos desse nicho, como as Conferências Internacionais para a Conservação dos Monumentos Históricos, o ocidente ia sendo obrigado a refletir sobre o que era justo considerar patrimônio e, conseqüentemente, sobre como protegê-lo<sup>2</sup>. Os debates caminharam vagarosamente até que, em 1989, a UNESCO emite a “Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular”. A partir daí, os países ocidentais começaram a incorporar as contribuições dessas discussões para as suas políticas patrimoniais. No Brasil, o ano de 2000 marca o nascimento do Instituto do Registro (Sant'anna, 2009), instrumento destinado a auxiliar na salvaguarda do patrimônio cultural imaterial brasileiro. Toda uma gama de expressões, como a arte do repente, a capoeira, o ofício das paneleiras de Goiabeiras etc., são agora oficialmente reconhecidas como patrimônio imaterial brasileiro e têm, ao menos em teoria, garantida a sua subsistência. O patrimônio imaterial brasileiro foi registrado por meio do Decreto 3.551, de

---

<sup>2</sup> É interessante notar que a renovação nas discussões patrimoniais coincidem com a “revolução documental” descrita por Le Goff (2013). Fruto dos desdobramentos da Segunda Guerra Mundial e da “desfetichização” dos documentos implicada pelas discussões historiográficas, entre outras, da Escola dos Annales, não só o conceito de documento é expandido para abranger outros vestígios humanos antes não tidos como fontes, mas também as próprias fontes “por excelência” de outrora – os documentos oficiais – são ressignificados. Evocando a etimologia dos termos para explicar por que pode ser útil conceber o documento como monumento, o autor diz: “O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade” (Le Goff, 2013, n.p.).

2000, em que é possível encontrar os quatro Livros de Registro que endossam a preservação de sua memória: Livro dos Lugares, Livro das Celebrações, Livro dos Saberes e Livro das Formas de Expressão.

No entanto, seja pela longa tradição, seja pelas falhas na divulgação científica, os edifícios e os conjuntos arquitetônicos seguem sendo comumente evocados, no senso comum, com exclusividade como exemplares do conceito de patrimônio, de modo que as culturas populares carecem do reconhecimento – e da estima – de importantes segmentos da população. Também a preservação do patrimônio material frequentemente deixa a desejar, visto que a sociedade civil como um todo não tem cumprido com os termos da Constituição<sup>3</sup>.

Neste artigo, lidaremos com o patrimônio material. Escolhemos abordar o Museu Nacional do Rio de Janeiro, proeminente lugar de memória e edifício histórico da nação brasileira que, até setembro de 2018, figurava como o maior acervo de antropologia e história natural da América Latina. Trataremos de esboçar sua história e processo de tombamento, discorrendo sobre suas justificativas de preservação e de conservação, enfatizando sua importância sócio-cultural.

156

## **2. Breve história do Museu Nacional do Rio de Janeiro**

Como afirmado por Paul Veyne (1998), a consciência e a História não são relacionadas por natureza<sup>4</sup>. De fato, quem se aproximar do Paço de São Cristóvão não adivinhará, num simples golpe de vista, a totalidade do seu passado: a concepção, o deslocamento, a morte calorosa, o renascimento. Poderá, com algum treinamento prévio, pela observação da fachada, janelas e pilastras deduzir sua pertença a um certo tipo de arquitetura e, daí, inferir sua localização no tempo. O observador astuto consegue algumas pistas acerca do Museu Nacional com a ajuda de seus olhos e de seu conhecimento diletante, mas, forçosamente, não consegue apreender a dinâmica das vidas humanas que o impulsionaram e nele se inscreveram. Nesse momento, é obrigado a chamar o/a historiador/a.

O Museu Real, como era então chamado, nasceu em 1818 a mando da Família Real portuguesa, aqui chegada dez anos antes em virtude das ambições francesas lideradas por

---

<sup>3</sup> “§ 1.º O poder público, *com a colaboração da comunidade*, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação” (BRASIL, 2002 [1988], art. 216, grifo nosso).

<sup>4</sup> “[...] se um Dasein contempla um armário antigo, poderá dizer que esse móvel é usado, que é velho, mais velho do que ele próprio; mas, contrariamente ao que pretende Heidegger, ele não poderá afirmar que o móvel é ‘histórico’. A história é uma noção livresca e não existencial [...]” (Veyne, 1998, p. 68). Percebe-se que por “histórico” o autor pretende significar tanto a reconstituição científica do passado desse objeto – sua origem, mudanças e deslocamentos ao longo do tempo – quanto o juízo a respeito da relevância desse objeto para as identidades pessoais ou coletivas.

Napoleão. De início, o Museu não ficava em Quinta da Boa Vista, como é o caso atualmente, mas em Campo de Santana, lugar de muitos acontecimentos da história da realeza luso-brasileira<sup>5</sup> (Gomes; Lopes, 2019). Dom João VI teria comprado o prédio, localizado na praça, de João Rodrigues Pereira de Almeida, o Barão de Ubá, proeminente comerciante e traficante de escravos (Gomes; Lopes, 2019).

O prédio de estilo neoclássico que hoje abriga o Museu da Casa da Moeda, teve várias finalidades ao longo de sua existência. Abrigou, simultaneamente ao período que sediou o Museu Nacional (1818-1892), o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) e, nos anos posteriores ao deslocamento da sede, outras importantes entidades como a Intendência de Guerra e o Arquivo Nacional (Gomes; Lopes, 2019). Apesar de primeira sede, seu tombamento se deu muito depois do da segunda: somente em 2018<sup>6</sup>.

No ano de 1892, com a queda do Império ainda fresca na história nacional, a instituição seria deslocada de Campo de Santana para a Quinta da Boa Vista por insistência do ex-diretor Ladislau de Souza Mello Netto<sup>7</sup>, “[...] com intuito de, inclusive, se apropriar do acervo do Museu do Imperador” (Dantas, 2008, p. 136). É que o Paço de São Cristóvão tinha sido, durante os últimos anos da Colônia e por todo o Império, a residência da família real e imperial, comprado por D. João VI de um cidadão luso-libanês chamado Elie Antun Lubbus (Gomes; Lopes, 2019). Sendo Pedro II um erudito e colecionador, o palácio estava repleto de objetos das ciências naturais e da antropologia; continha uma coleção mineralógica e um herbário herdados de sua mãe, a imperatriz Leopoldina. O acervo, que já era grande, foi crescendo conforme visitantes do estrangeiro lhe presenteavam (Oberacker, 1973 *apud* Dantas, 2008).

Na década de 1850 passou por reformas, tendo sido ampliado e descaracterizado. O palácio foi transformado no estilo neoclássico que conhecemos hoje.

### 3. Fogo em Boa Vista

---

<sup>5</sup> Campo de Santana, também chamado de Praça da República, hospedou cerimônias de beija-mão de D. João VI, o casamento de D. Pedro I com Leopoldina, sua aclamação imperial após a independência e as manifestações pela sua abdicação e a proclamação da República. Tais eventos foram determinantes para a decisão de tomar a praça em 1938, porém cancelou-se o tombamento em 1943, para a construção da Avenida Presidente Vargas (Gomes; Lopes, 2019).

<sup>6</sup> Gomes e Lopes (2019) mostram como o processo de tombamento da primeira sede caminhou a passos lentos e em ziguezague: foi tombado provisoriamente pelo prefeito em 1993 a pedido do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Em 12 de agosto de 2009, um pedido formal de tombamento foi feito pela presidência do Museu da Casa da Moeda, que veio a ser aprovado na 80ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, a 15 de setembro de 2015. Todavia, o tombamento definitivo só viria em 2018, por decreto do prefeito Eduardo Paes.

<sup>7</sup> Ladislau de Souza e Mello Netto (1838-1894) foi botânico e diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro entre 1870 e 1893, por indicação do próprio D. Pedro II. Durante sua gestão ofereceu cursos abertos à população de Ciências Naturais, Botânica e Zoologia, Geologia, Antropologia e Mineralogia; criou uma revista de nome Arquivos do Museu Nacional; e organizou expedições científicas pelo país no intuito de fazer crescer o conhecimento e o acervo do Museu (Lima; Santos, 2021).

Em setembro de 2018, quando a instituição completava 200 anos, o prédio ardeu em chamas devido a um curto-circuito num aparelho de ar condicionado (INCÊNDIO [...], 2020; Souza, 2021). O Museu Nacional foi tombado, mas pegou fogo.

O incêndio foi catastrófico para o prédio. Noventa por cento do acervo foi engolido pelas chamas, tendo sido perdidas preciosidades inestimáveis para a humanidade. Entre os itens para sempre irrecuperáveis está todo o acervo antropológico de Curt Nimuendajú e Robert Lowie, que, em 1939, viajaram pelo Nordeste e Sudeste para estudar os povos Jê setentrionais (Moutinho, 2018). Outro valioso artefato poderia ter sido completamente destruído, mas teve grande parte dele recuperada – o crânio do fóssil de Luzia, o mais antigo já descoberto no país e encontrado entre os escombros, danificado (Carvalho, 2021; Pessoa, 2023). O meteorito de Bendegó, caído no Nordeste em meados do século XVIII, foi um dos poucos itens a passar incólumes.

Não se pode dizer, porém, que o desastre foi inédito. Outras instituições públicas nacionais de vulto já haviam passado por incêndios poucos anos antes, como o Instituto Butantan, em 2010, e o Museu da Língua Portuguesa, em 2015 (Zamudio *et al.*, 2018; Cunha, 2019). Tendo em vista as matérias jornalísticas consultadas, é possível constatar que o incêndio não foi inédito e também não foi, absolutamente, sem aviso. Em 2016, o Museu chegou a fechar temporariamente em virtude da falta de dinheiro para pagar os trabalhadores terceirizados (Canônico, 2018). Uma matéria da Folha de São Paulo, a poucos meses da tragédia de 2018, já denunciava os problemas da instituição bicentenária carioca:

Às vésperas do bicentenário, 10 de suas 30 salas de exposição estão fechadas, incluindo algumas das mais populares, como a que guarda um esqueleto de baleia jubarte e a do *Maxakalisaurus topai* — o dinoprata, primeiro dinossauro de grande porte já montado no Brasil (Canônico, 2018).

A falta de verba impossibilitava a conservação da estrutura e os reparos necessários, como as infiltrações nas paredes. Dos R\$ 520.000,00 anuais previstos desde 2014 para a manutenção da instituição, passou-se para cerca de R\$ 340.000,00 em 2017 e R\$ 54.000,00 em 2018 (Canônico, 2018). O Museu tentou não se deixar afogar: naquele ano, fora assinado um contrato com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para a realização de amplas reformas, o que incluiria construir outro prédio para a exposição completa do acervo – dos cerca de 20 milhões de itens, apenas 1% estava sendo exposto, além do zoológico, que estava fechado (Canônico, 2018). Mas o dinheiro prometido pelo Banco não chegaria a se defrontar com a sonhadora quantia estipulada para o projeto: dos 300

milhões de reais necessários, segundo Alexander Kellner, diretor do Museu, viriam saudá-lo, inicialmente, modestos 21,7 milhões<sup>8</sup> (Marques, 2018).

O otimismo posterior do diretor por conta das verbas que chegavam para a reconstrução era contrabalançado por uma casual observação. A Catedral de Notre Dame, passada ela mesma por um incêndio em abril de 2019, arrecadou mais de 750 milhões de euros em doações decorridos apenas dez dias (Franco, 2019). Em contraste, considerando o mesmo intervalo, a quantia arrecadada pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro foi de R\$316.000,00. Que as perdas para a cultura e ciência de toda a humanidade em solo brasileiro houvessem sido muito maiores do que em solo francês (Franco, 2019) parecia pouco importante, a julgar pelo fato de não ter havido auxílios tão representativos quanto os da Catedral de Notre Dame. O paleontólogo e diretor do Museu explicou a diferença entre as circunstâncias nos dois países mediante quatro fatores: 1) a valorização da ciência e da cultura francesas, a nível governamental e civil; 2) a existência de uma prática secular de mecenato na França, incentivada, inclusive, por benefícios tributários; 3) o forte estigma de corrupção do qual está permeada a imagem brasileira, tanto em solo local quanto no exterior; 4) o fato de o Brasil estar no Sul global (Franco, 2019).

159

Havia duas semanas que o incêndio tinha acontecido, vinte e um cientistas assinaram uma carta publicada na revista *Science* na qual denunciavam o descaso governamental.

As verbas para o museu diminuíram substancialmente nos últimos cinco anos e as demandas por maiores investimentos no que se refere a reformas, segurança e proteção têm sido ignoradas por décadas. Nesse sentido, o Museu Nacional é uma boa metáfora para o atual estado da ciência no Brasil: políticos de todas as instâncias têm falhado em prover até a mais básica e crucial infraestrutura a fim de preservar recursos culturais e acervos de valor incalculável (Zamudio *et al.*, 2018, p. 1322)<sup>9</sup>.

#### 4. O tombamento do Museu Nacional

Em maio de 1936, Heloísa Alberto Torres, a vice-diretora do Museu Nacional à época, enviou uma carta ao presidente do SPHAN, que então funcionava provisoriamente, solicitando o tombamento da “instituição centenária”, cuja proteção haveria de ser, segundo ela, o primeiro ato do Serviço do Patrimônio (Gomes; Lopes, 2019). Ele viria dois anos

<sup>8</sup> Posteriormente, um montante maior foi disponibilizado. Em maio de 2024, segundo a Revista Veja, o valor captado era de 217 milhões de reais (Souza; Luiz Paulo, 2024). Kellner também agradeceu ao governo da Alemanha e à UNESCO pelo auxílio, financeiro e informacional, prestado à equipe de buscas nos destroços do Museu (Coutinho, 2021).

<sup>9</sup> No original: “Funding for the museum decreased substantially during the past 5 years, and calls for renewed investment in renovations, security, and protection have been ignored for decades. In this sense, the National Museum is an apt metaphor for the current state of science in Brazil: Leaders at all levels have failed to provide even the most basic and crucial infrastructure for preserving genuinely priceless collections and cultural resources”.

depois. O Paço de São Cristóvão foi inscrito no Livro do Tombo Histórico (inscrição n. 68, fls.13) e no Livro do Tombo das Belas Artes (inscrição n. 154, fls. 27)<sup>10</sup>.

De acordo com o IPHAN (2014), o Livro do Tombo Histórico reúne “bens móveis e imóveis existentes no Brasil e cuja conservação seja de interesse público por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil”<sup>11</sup>. A inscrição do Paço neste livro se justificou pela sua relevância histórica para a nação brasileira, visto que foi lar de D. João VI e Carlota Joaquina, Pedro I e Leopoldina e de Pedro II e Teresa Cristina. Já o Livro do Tombo das Belas Artes trata dos bens móveis e imóveis com caráter “não utilitário”, que “imitam a beleza natural e são consideradas diferentes daquelas que combinam beleza e utilidade” (IPHAN, 2014)<sup>12</sup>. Neste caso, apontou-se suas características artísticas e arquitetônicas neoclássicas (IPHAN, 2014).

Pode ser difícil emitir uma opinião a respeito da adequação da inscrição do bem nos referidos livros do tomo, pois, uma vez que o tombamento do Museu se deu *ex-officio* (afinal, o SPHAN operava ainda informalmente), não houve profundidade nas justificativas apresentadas (IPHAN, 2014). Elas são basicamente idênticas aos apontamentos do parágrafo acima. Contudo, cremos ser possível justificar o tombamento, independentemente dos livros, jogando um pouco de luz sobre a vida ao seu redor.

Alguns museus podem ter a honra de possuir uma tríplice função: preservação da memória, produção de conhecimento científico e, destacamos, *gestar o ensino-não formal*. Um artigo de 2007 (Oliveira; Bianconi, 2007) analisou a visita de escolas ao Museu Nacional e indicou como a prática da visitação, previamente planejada pelos professores, pode ser pedagogicamente relevante e afetivamente marcante para os alunos, em especial os de escola pública. Os estudantes relataram:

É aqui que a gente pode ver de perto essas coisas que a gente estuda. Na aula só tem nos livros e a gente tem que imaginar. Vendo é muito melhor. Ver essas partes de biologia como o DNA me marcou muito, é uma coisa que eu vou guardar na memória para o resto da minha vida. Quando eu puder voltar aqui, vou voltar. É a primeira vez que eu visito esse museu.

É legal ao vivo e a cores, na sala só olhando para quadro [sic] é um pouquinho chato. Aqui nós podemos ver as coisas livres, a gente se anima, presta mais atenção e se interessa. É que na sala de aula a gente fica muito preso (Oliveira; Bianconi, 2007, p. 32).

<sup>10</sup> O número do processo de tombamento omitimos, por enquanto, propositalmente. Mais adiante, isso será discutido.

<sup>11</sup> Afirmação encontrada no site do IPHAN, com *copyright* de 2014.

<sup>12</sup> Disponível no portal do IPHAN: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/608>.

Iniciativas de democratização do saber e dos locais de produção do saber podem, assim, contribuir para a preservação porque, ao “desencastelar” o conhecimento, a sociedade compreende o valor das universidades e dos museus, tornando-se mais zelosa e disposta a colaborar para a sua preservação. Foi o caso do carnaval de 2008. Um ano antes, a historiadora Regina Dantas (2008) terminava sua dissertação de mestrado quando foi procurada pelo carnavalesco Ricardo Netto. Ele sugeriu que, baseando-se na pesquisa de Dantas a respeito da história do Paço de São Cristóvão, trabalhassem juntos para transformá-la num samba-enredo da Escola de Samba Arrastão de Cascadura (Dantas, 2008). O projeto concretizou-se no ano seguinte e a Escola foi vice-campeã. Do desfile participaram a pesquisadora, os membros da Escola, além dos funcionários do Museu Nacional, como os técnico-administrativos, os estagiários e o atual diretor Alexander Kellner (Dantas, 2008).

Certamente, afora a propaganda do Museu e a vulgarização da história do Brasil aí feita, o desfile e as excursões escolares contribuem para a incorporação do Paço às identidades locais e nacionais e para a vulgarização do saber acadêmico (não se perca de vista o fato de que o Museu é, há várias décadas, vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro e é também um local de pesquisa em si mesmo). Por esse motivo, a inscrição do mesmo no Livro do Tombo Histórico e das Belas Artes já seria justificada.

161

## 5. O caso do tombamento do Museu Nacional

No que tange ao registro de tombamento do Museu, verificamos que Ana Lúcia de Abreu Gomes e Maria Margaret Lopes (2019) utilizaram outra numeração para se referir ao registro. Em nota de rodapé, dizem que o número do processo de tombamento da sede do Museu é: “[...] 099-T-38. O tombamento foi do edifício. A única coleção do Museu Nacional tombada naquele contexto [junho de 1938, que é de quando data o processo referido pelas autoras] foi a Coleção Arqueológica Balbino de Freitas” (Gomes; Lopes, 2019, p. 648, grifo nosso).

Contudo, analisando-se a tabela de tombamentos fornecida pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), atual denominação do SPHAN, temos outras impressões. Na página 38 da tabela digital:

**Imagem 1** – Recorte da Tabela “Lista de Processos de Tombamento” apresentada no processo 099-T-38

NE	PE	Recife	Edificação	Antigo Hospício Carmelitano	673	1962
SE	RJ	Rio de Janeiro	Conjunto Arquitetônico	Quinta da Boa Vista	99	1938
SE	RJ	Rio de Janeiro	Edificação	Casa natal do Barão de Rio Branco	99	1938

Disponível em: < <https://tinyurl.com/processo-tombamento>>. Acesso em: 20 out. 2024.

Como se vê, o processo 99-T-38, de junho de 1938, não diz respeito à edificação do Paço de São Cristóvão (ou do Museu Nacional propriamente dito), mas ao “Conjunto Arquitetônico” da Quinta da Boa Vista. Logo na página seguinte, vemos que:

**Imagem 2** - Recorte da Tabela “Lista de Processos de Tombamento” vista do processo de tombamento do Museu Nacional

SE	RJ	Rio de Janeiro	Infraestrutura ou equipamento urbano	Ponte dos Jesuítas sobre o Rio Ganda	100	1938	TOMBADO
SE	RJ	Rio de Janeiro	Edificação e Acervo	Museu Nacional, inclusive a Coleção Arqueológica Babino de Freitas	101	1938	TOMBADO
SE	RJ	Rio de Janeiro	Edificação	Edifício da antiga Alameda e antiga Praça do Comércio, atual sede da Fundação Casa França-Brasil	101	1938	TOMBADO

Disponível em: < <https://tinyurl.com/processo-tombamento>>. Acesso em: 20 out. 2024.

Encontramos o tombamento do Museu Nacional atrelado não ao processo 99-T-38, como afirmam as autoras, mas ao processo 101-T-38. Também observamos que o processo do Museu data de maio de 1938, ao passo que o processo referente ao “conjunto arquitetônico” é de junho. Atentar para outra fonte pode ajudar a entender o significado do “conjunto”. Quando do grande incêndio que se abateu sobre o Museu, o IPHAN lançou o Ofício nº 629/2019, que dispunha das premissas necessárias para a realização da intervenção do Instituto no edifício e nas coleções protegidas. Referindo-se ao processo 99-T-38, ele afirma ser necessário que a Prefeitura Municipal e a Universidade Federal do Rio de Janeiro se articulem para restaurar e preservar “a totalidade dos elementos e espaços paisagísticos”, os jardins, o antigo portão monumental e a área do Horto Botânico (BRASÍLIA, 2019).

Portanto, levando em consideração tanto o fato de que havia um registro anterior e nominalmente mais específico do que o processo citado por Gomes e Lopes (2019), quanto as informações dadas pelo ofício, arriscamos a interpretação de que o Museu Nacional do Rio de Janeiro foi tombado em maio de 1938 sob o processo 101-T-38, e não em junho de 1938 sob o processo 99-T-38, como afirmado pelas autoras. Se o nosso raciocínio exposto acima estiver correto, o processo 101-T-38 teria apenas ampliado o tombamento para toda a área maior na qual se encontra o Museu: a Quinta da Boa Vista.

## 6. Considerações Finais

Lugar-comum, o tombamento do Museu Nacional pode ser de assaz importância, na medida em que assegura legalmente a preservação de um local de memória e de produção científica. Todavia, não basta a classe dos historiadores deliberar e consentir a respeito do

“merecimento” de salvaguarda de um certo objeto, tampouco existirem políticas públicas. Apesar dessas práticas serem importantíssimas para o processo, é necessário, também, possibilitar a democratização dos saberes e maior valorização da memória histórica, possibilitando aos indivíduos maior interesse sobre a sua identidade para que se sintam pertencentes aos lugares de memória.

Uma pesquisa Datafolha de 2013 na cidade do Rio de Janeiro, que abordou 1.501 pessoas com mais de 12 anos, revelou que somente 34% dos entrevistados têm o hábito de ir a museus, sendo mais comum entre pessoas com nível superior de escolaridade. Das 984 pessoas que responderam à pergunta do porquê não vão a museus, 60% afirmaram não gostar ou não ter interesse, seguido de 14% que afirmaram não ir devido ao fato de ser longe de casa ou do trabalho (HÁBITOS [...], 2013). Outro dado chamativo é o de que mais brasileiros visitaram o Museu do Louvre, em 2017, do que o Museu Nacional do Rio de Janeiro (Barifouse, 2018).

É preciso que, mais do que constatar a relevância histórica do bem material, ele tenha verdadeira relevância no presente. Esperançosamente, atitudes como as de Dantas e Netto (2008), além de maior apoio às escolas públicas para que possam planejar e levar seus alunos a instituições científicas, darão alento ao(s) tombamento(s). Estar-se-á preservando, assim, um lugar que a população local genuinamente valoriza, com o qual se identifica. O Museu, em retorno, não será zelado apenas do alto para baixo, e os de “baixo” talvez importunem (com justeza) um pouco os de “cima”.

163

## Referências

BARIFOUSE, Rafael. Em 2017, mais brasileiros foram ao Louvre, em Paris, do que ao Museu Nacional. BBC News Brasil, 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45402234>>. Acesso em: 12 ago. 2023

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Organizado por Cláudio Brandão de Oliveira. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2002. 320 p.

BRASIL. *Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937*. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro: Palácio do Catete, [1937]. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0025.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm)>. Acesso em: 08 ago. 2023.

BRASÍLIA. Gabinete da Presidência. Ofício nº 629, de 17 de maio de 2019. Dispõe sobre as premissas para a intervenção do IPHAN no edifício do Museu Nacional e nas coleções. *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Disponível em: <[https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md\\_pesq\\_documento\\_consulta\\_externa.php?9LibXMqGnN7gSpLFOOgUQFziRouBJ5VnVL5b7-UrE5QAsycAUP\\_w9XMN4](https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?9LibXMqGnN7gSpLFOOgUQFziRouBJ5VnVL5b7-UrE5QAsycAUP_w9XMN4)>

wqP4Jewb-vOtDEtZ\_oaMEPTFrjmGCsfMfNqs7shRd3yEKRTw9eNU1FgczykSIm47Y aZ5mRj>. Acesso em 05 ago. 2023.

CANÔNICO, Marco Aurélio. Bicentenário Museu Nacional, o mais antigo do país, tem problemas de manutenção. Folha de São Paulo, 30 maio 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/05/bicentenario-museu-nacional-o-mais-antigo-do-pais-tem-problemas-de-manutencao.shtml>>. Acesso em: 26 out. 2024.

CARVALHO, Claudia Rodrigues (Org.). *500 dias de Resgate: memória, coragem e imagem*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2021.

CHOAY, Françoise. Monumento e monumento histórico. In: Choay, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Lisboa: Edições 70, 1999. p. 11-27.

COUTINHO, Sidney Rodrigues. Museu Nacional realiza balanço de peças recuperadas após o incêndio. Conexão UFRJ, 6 abr. 2021. Disponível em: <<https://conexao.ufrj.br/2021/04/museu-nacional-realiza-balanco-de-pecas-recuperadas-apos-o-incendio/>>. Acesso em: 06 out. 2023.

CUNHA, Murilo Bastos da. Um museu em chamas: o caso do Museu Nacional do Rio de Janeiro. *Revista Íbero-Americana de Ciência da Informação*, Brasília, v. 12, n. 1, p. 1-3, jan./abr. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/19354>>. Acesso em: 08 ago. 2023.

164

DANTAS, Regina. Quando um museu dá samba. In: OLIVEIRA, Antônio José Barbosa de (org.). *Universidade e lugares de memória*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fórum de Ciência e Cultura, Sistemas de Biblioteca e Informação, 2008. p. 127-144. Disponível em: <<https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/139/1/memoria2.pdf#page=127>>. Acesso em: 07 ago. 2023.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: Abreu, Regina; Chagas, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 59-79.

FRANCO, Luiza. Humanidade perdeu mais com incêndio do Museu Nacional do que na Notre-Dame, diz diretor da instituição brasileira. BBC News Brasil, 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-48550660>>. Acesso em: 08 ago. 2023.

GOMES, Ana Lúcia de Abreu; LOPES, Maria Margaret. O processo de tombamento da primeira sede do Museu Nacional na atual Praça da República – Rio de Janeiro. *Tempo*, Niterói, v. 25, n. 3, p. 647-666, set./dez. 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tem/a/KZrSL9zBQ9ysHJvCc7rQjkk/#:~:text=O%20processo%20de%20tombamento%20destaca,em%20estilo%20%E2%80%9Cneocl%C3%A1ssico%20tardio%E2%80%9D>>. Acesso em: 05 ago. 2023.

HÁBITOS culturais dos cariocas. População residente na cidade do Rio de Janeiro com 12 anos ou mais. Rio de Janeiro: *DataFolha*, 2013. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4478506/4113215/HabitosCulturaisCarioca.pdf>>.

Acesso em: 05 ago. 2023.

INCÊNDIO que destruiu Museu Nacional começou em aparelho de ar-condicionado, afirma PF. G1, 06 jul. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/07/06/incendio-que-destruiu-museu-nacional-comecou-em-aparelho-de-ar-condicionado-afirma-pf.ghtml>>. Acesso em: 06 out. 2024.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: Le Goff, Jacques. *História e Memória*. 7. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LIMA, Maria de Lourdes; SANTOS, Almiraci Dantas dos. A gestão de Ladislau Netto no Museu Nacional: uma janela para o contemporâneo. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, [S.L.], v. 14, 2021. Disponível em: <<https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/581>>. Acesso em: 06 out. 2024.

MARQUES, Fabrício. Esperança frustrada. *Pesquisa*, n. 272, out. 2018. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/esperanca-frustrada/>>. 2018 Acesso em: 09 ago. 2023.

MOUTINHO, Laura. A tragédia do Museu Nacional, a tragédia dos museus. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 61, n. 3, p. 4-6, set./dez. 2018. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ra/issue/view/10881/1525>>. Acesso em: 04 ago. 2023.

PESSOA, Carolina. Cinco anos após incêndio, Museu no Rio busca restauração e modernidade. Agência Brasil, 02 set. 2023. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-09/cinco-anos-apos-incendio-museu-no-rio-busca-restauracao-e-modernidade>>. Acesso em: 06 out. 2024.

165

REZENDE, Maria Beatriz *et al.* Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Servi%C3%A7o%20do%20Patrim%C3%B4nio%20Hist%C3%B3rico%20e%20Art%C3%ADstico%20Nacional.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2023.

SANT'ANNA, Marcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 49-57.

SOUZA, Luiz Paulo. Destruído por incêndio, Museu Nacional começa a reunir novas coleções. *Veja*, 09 maio 2024. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/ciencia/destruido-por-incendio-museu-nacional-comeca-a-reunir-novas-colecoes>>. Acesso em: 04 ago. 2023.

SOUZA, Talita de. Incêndio no Museu Nacional, no Rio de Janeiro, completa três anos; relembre. *Correio Braziliense*, 02 set. 2021. Disponível em: <<https://www.correio braziliense.com.br/brasil/2021/09/4947344-incendio-no-museu-nacional-no-rio-de-janeiro-completa-tres-anos-relembre.html>>. Acesso em: 04 ago. 2023.

VEYNE, Paul. Uma atividade intelectual. *In: Veyne, Paul. Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história.* 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

VISONI, C.; MOURÃO, L.; REINÉS, T. *Construtora Adolpho Lendenberg – 50 anos.* São Paulo: Conectar Comunicação, 2004.

ZAMUDIO, Kelly *et al.* Lack of science support fails Brazil. *Science*, v. 361, n. 6409, p. 1322-1323, set. 2018. Disponível em:  
<<https://www.science.org/doi/10.1126/science.aav3296>>. Acesso em: 04 ago. 2023.

**Primeiros passos**

Recebido em: 29 out. 2024.  
Aprovado em: 22 nov. 2024.